

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/50696>

DOI: 10.23925/1677-1222.2020vol20i2a15

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2020 by Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>



SEÇÃO TEMÁTICA

Uma “fábrica de loucos”: a história da “loucura espírita” no Brasil (1900-1950)

An insanity factory: the history of spiritist madness in Brazil (1900-1950)

Angelica A. Silva de Almeida*

Resumo: As histórias do espiritismo e da psiquiatria apresentam vários pontos de contato e conflito. Houve um acirrado confronto entre eles em torno da “loucura espírita”. Investigamos como a mediunidade passou a ser interpretada como causa e/ou manifestação de doenças mentais no Brasil. Pesquisamos em fontes bibliográficas primárias: artigos científicos e da imprensa leiga, teses, livros e conferências. Tanto a psiquiatria quanto o espiritismo buscavam legitimação de seu espaço cultural, científico e institucional dentro da sociedade brasileira. Esses dois atores sociais defendiam diferentes visões e abordagens terapêuticas relacionadas à questão da mente e da loucura. A resolução desse conflito se relaciona com o alcance de inserção e de legitimação social pelos dois grupos, mas em campos diferentes.

Palavras-chave: Brasil. Religião. História do espiritismo. Psiquiatria. Século XX.

Abstract: The history of spiritism and psychiatry share several common elements and intersections. There has been intense conflict between psychiatrists and spiritists regarding “Spiritist madness.” This paper investigates the construction of the representation of mediumship as madness in Brazil. Primary historical sources such as scientific papers, newspapers, books, theses, and conference proceedings were studied. Both psychiatry and spiritism sought legitimation through cultural, scientific, and institutional means within Brazilian society. These two social actors were related to urban, intellectualized classes, proposing different views and therapeutic approaches to the mind and madness. The resolution of this conflict is related to the achievement of social integration and legitimation by both spiritism and psychiatry, although in different fields.

Keywords: Brazil. Religion. History of Spiritism. Psychiatry and religion. 20th century

Introdução

O espiritismo, uma filosofia espiritualista desenvolvida pelo intelectual francês Allan Kardec, chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX e assumiu principalmente uma feição religiosa. Difundido, primeiramente, entre a classe média urbana, teve a influência de suas práticas e visões de mundo substancialmente aumentadas ao longo dos anos, ampliando seu número de adeptos e simpatizantes. Constitui-se atualmente no terceiro maior grupo religioso do Brasil (IBGE, 2010), que é o país onde esta religião mais se disseminou. Seus princípios fundamentais, tais como a sobrevivência da alma após a morte, a reencarnação, a mediunidade e a busca de progresso constante,

* Doutora em história (UNICAMP). ORCID: 0000-0003-1789-6520 - contato: angelica.almeida@ifsudestemg.edu.br

atingem um público muito maior do que o número declarado de adeptos (Aubrée, Laplantine, 1990; Blank, 1995; Santos, 1997; Stoll, 2003). Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2007) apresentou o seguinte resultado: 44% da população católica brasileira referiu que “acredita totalmente” em reencarnação, 22% têm dúvidas e 35% não creditam.

Stoll (2003) destaca que um fator que pode ter colaborado para a divulgação e/ou interesse que o espiritismo teria despertado na população seria a importância que a literatura espírita assumiu no Brasil. A ampla produção literária tem sido uma marca do espiritismo desde o seu início. Segundo um levantamento do jornalista João do Rio (s/d, pp. 215-6), por volta de 1900 circulavam no mundo 96 jornais e revistas espíritas. Desse total, 56 deles eram editados em toda Europa e 19 somente no Brasil.

Desde a sua chegada ao Brasil, o espiritismo experimentou uma série de críticas que partiram de diversos seguimentos da sociedade (Machado, 1983; Giumbelli, 1997) e, já no final do século XIX, os fenômenos mediúnicos passaram a despertar grande interesse da comunidade psiquiátrica brasileira, gerando posturas diversificadas. As práticas mediúnicas foram classificadas de diferentes modos pelos psiquiatras: desencadeadoras de transtornos mentais; fraude e exploração da credulidade pública; associação com a histeria e o atraso cultural; benéficas para a restauração e manutenção da saúde, mas ainda associadas ao atraso cultural; nenhuma ligação com danos para a saúde e com baixo nível cultural (Almeida, 2019). O conflito que se estabeleceu, no Brasil, entre os médicos, notadamente os psiquiatras, e os espíritas, percorreu toda a primeira metade do século XX, especialmente no eixo Rio-São Paulo, e mobilizou intensamente estes dois grupos.

A maioria dos médicos que se envolveu diretamente no confronto era de figuras de destaque dentro do ambiente acadêmico e das sociedades médicas. Esses profissionais desenvolveram uma expressiva produção acadêmica com o intuito de sustentar a tese de que o espiritismo seria um importante fator causador de loucura no Brasil. Vários artigos, livros e teses foram publicados na imprensa leiga e científica, além de conferências proferidas nos congressos médicos e academias de medicina (Moreira-Almeida, Almeida, Lotufo Neto, 2005; Almeida, 2007).

No entanto, apesar da amplitude alcançada por esse confronto, são poucas as pesquisas voltadas para a compreensão desse fenômeno. A maioria dos estudos que investigaram os conflitos entre a classe médica e os espíritas centralizaram suas análises sobre o debate em torno do exercício ilegal da medicina (Damazio, 1994; Giumbelli, 1997; Santos, 1997; Weber, 1999; Sampaio, 2001).

O estudo das relações entre psiquiatria e espiritismo no Brasil torna-se necessário por diversas razões. Além de ser uma religião com grande expressão em nossa sociedade, desde os seus primórdios sua relação com a área de saúde mental tem se expressado de diversas maneiras: seja através de conflitos, de paradigmas alternativos para o entendimento e tratamento da doença mental, do fornecimento de fenômenos psicológicos a serem estudados ou através de uma ampla rede de hospitais psiquiátricos espíritas (Figueiredo, Ferraz, 1998; Menezes, 1988).

Além disso, o estudo desse confronto também é importante para uma melhor compreensão da história da psiquiatria, da medicina e mesmo das ciências em geral.

Os fenômenos mediúnicos mobilizaram a opinião médica em dois aspectos principais: para pesquisar as relações entre a mediunidade e a loucura e para fornecer material para investigações do funcionamento da mente. Alguns dos conceitos elaborados naquele período ainda são utilizados na moderna psiquiatria e psicologia. Entre eles, estaria parte das noções de funcionamento do inconsciente e dos fenômenos histéricos/dissociativos (Thuillier, 1983; Crabtree, 1993; Le Malefan, 1999; Plas, 2000).

O objetivo deste artigo é analisar o processo de construção da representação da mediunidade enquanto loucura no Brasil, aqui definida como “loucura espírita”. Ou seja, como as experiências mediúnicas espíritas passaram a ser interpretadas pelos psiquiatras da região Sudeste, notadamente do eixo Rio-São Paulo (onde esse discurso se fez mais presente), como causa e manifestação de doenças mentais, dentro de um contexto de lutas entre psiquiatras e espíritas, na busca por legitimidade social para as suas teorias sobre a mente e loucura. Para alcançar esse objetivo, nos utilizamos de fontes primárias e secundárias que foram obtidas em diversas bibliotecas dentro e fora do país, tais como: Unicamp, Faculdade de Medicina e Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP, Faculdade de Medicina da UFRJ, Biblioteca Nacional, University of Virginia (UVA), Duke University, Rhine Research Center, Parapsychology Foundation, Biblioteca de Obras Raras da Federação Espírita Brasileira (FEB) e bibliotecas de vários hospitais psiquiátricos espíritas.

Como suporte teórico de análise do conflito em questão, utilizamos as noções de prática e representação de Roger Chartier (1988, p. 16), procurando “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Além disto, buscar identificar as “formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (Chartier, 1988, p. 23).

Outra noção útil para o presente estudo é a de campo, desenvolvida por Pierre Bourdieu (1989). Tanto o espiritismo quanto a psiquiatria, no início do século XX, buscavam sua inserção na sociedade brasileira e disputavam autoridade científica no campo da ciência, notadamente nos domínios da abordagem e terapêutica da loucura. O resultado do confronto poderia conferir ao grupo hegemônico a legítima autoridade para se pronunciar sobre a relação mente-corpo e sobre a etiologia das doenças mentais.

Contexto histórico

O século XIX assinalou para o Brasil o início de um processo de transformação em suas estruturas, o que atingiu gradualmente o âmbito da medicina. O saber científico passou a estruturar os valores que coordenavam e harmonizavam a hierarquia social (Costa, 1976).

A formação de uma nação desenvolvida e próspera, através de um indivíduo brasileiro sadio, capaz de modificar os rumos do país, passa a ser o foco principal das discussões e dos projetos de nossa elite intelectual nesse momento. Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, todos os esforços deveriam

se voltar para uma atuação intensiva sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todas as ameaças possíveis (Machado et al., 1978).

Coube à medicina – calcada nos “princípios da ciência” – a tarefa de definir o que seria “bom” ou “mau” para os indivíduos (Costa, 1976). O papel do médico não deveria ser o de atuar somente contra a doença, mas dificultar ou impedir o seu aparecimento, lutando contra tudo o que, na sociedade, pudesse interferir no bem-estar físico e moral. Dentro dos esforços para uma saúde plena de seus cidadãos, a profilaxia e o combate aos problemas mentais assumiram grande relevância (Machado et al., 1978). Foi nesse contexto que o espiritismo chegou ao Brasil e gradualmente foi se expandido na sociedade, despertando o interesse dos médicos e, em especial, os psiquiatras.

O surgimento do espiritismo na França

Na segunda metade do século XIX, houve a formação de um movimento que ficou conhecido como espiritismo, a partir do trabalho de um intelectual francês, Hippolyte-Léon Denizard Rivail (1804-1869). Rivail, mais conhecido como Allan Kardec, elaborou uma filosofia espiritualista a partir do estudo de comunicações mediúnicas, que deu origem à primeira obra intitulada espírita, *O Livro dos Espíritos*, publicada em 18 de abril de 1857.

O espiritismo adotou uma concepção dualista do ser humano. Seríamos, essencialmente, espíritos imortais que habitariam, temporariamente, corpos físicos nas diversas encarnações necessárias para o aperfeiçoamento moral e intelectual. Admitiu também a possibilidade de influência (benéfica ou maléfica) dos espíritos desencarnados sobre os humanos encarnados. No caso de uma influência negativa persistente, chama-se obsessão e poderia ser causa de desequilíbrios mentais, inclusive de casos de loucura (Kardec, 1859/1995; Moreira-Almeida e Lotufo Neto, 2005).

Dessa forma, em oposição às teorias orgânicas e sociais com influência à época, as causas da loucura não residiriam exclusivamente no corpo e na sociedade. A esses fatores explicativos associava-se a possibilidade de uma influência espiritual (obsessão) ou de lembranças de vidas passadas (Menezes, 1897).

Ao abrir a possibilidade da influência espiritual no desencadeamento das doenças mentais, os espíritas tentavam oferecer explicação, modos de tratamento e prevenção complementares para as doenças mentais. Os espíritas não defendiam o abandono dos tratamentos propostos pela medicina convencional, mas sim legitimar o espiritismo como uma nova ciência capaz de conjugar o tratamento espiritual e material (Moreira-Almeida, Lotufo Neto, 2005).

A tentativa do espiritismo de conferir legitimidade para as suas teorias sobre a mente e seus transtornos, a partir de considerações de ordem científica, colocava-o em oposição com a psiquiatria nascente. O campo científico tornou-se um campo de batalha entre os espíritas e os médicos – notadamente os psiquiatras – que questionavam as teorias espíritas e a sua pretensão de legitimá-las nos domínios do campo médico/científico (Almeida, 2007).

O espiritismo como causa de loucura

O argumento de que as práticas espíritas seriam causa de psicopatologia foi usado no seu combate desde o início. Em 1858, um ano após o surgimento do espiritismo, é possível encontrar, na Europa, relatos de alienados que teriam perdido a razão em decorrência de práticas espíritas (Kardec, 1858). Em 1859, Dr. Décambre, um membro da Academia de Medicina de Paris, publicou uma crítica ao espiritismo (Hess, 1991). No início do século XX, diversos relatos de caso foram feitos à Société de Psychiatrie de Paris (Lévy-Valensi, Boudon, 1908; Janet, 1909; Dupouy, 1913) e à Société Médico-Psychologique de Paris (Ballet, Dheur, 1903; Schiff, 1926; Claude, Cantacuzene, 1936), bem como artigos (Lévy-Valensi, 1910), livros (Vigouroux, Juquelier, 1905) e teses (Duhem, 1904) eram escritas sobre os efeitos nocivos do espiritismo sobre a saúde mental da população (Le Maléfan, Evrard, Alvarado, 2013; Alvarado, Biondi, 2017).

A maioria das publicações dos médicos do período considerava as práticas mediúnicas prejudiciais à saúde mental, um perigo social de grandes proporções. No entanto, entre o grupo de médicos que se ocupou diretamente da questão, foi possível identificar duas correntes. A primeira voltou a atenção diretamente para as questões da loucura e o combate ao espiritismo. A segunda, embora admitindo a periculosidade e a necessidade de intervenção sobre as práticas espíritas, teve como foco principal avaliar o quanto esses fenômenos mediúnicos poderiam oferecer subsídios para uma melhor compreensão do funcionamento da mente e dos quadros nosográficos.

O primeiro grupo baseou parte da sua argumentação nas teorias do médico e psicólogo Pierre Janet. Suas teorias, da desagregação e automatismo psicológico, foram os principais mecanismos propostos para a explicação dos fenômenos mediúnicos e a etiopatogenia da loucura espírita (Janet, 1889). O segundo grupo enfatizou um outro aspecto da mediunidade. Embora reconhecessem o possível caráter psicopatológico das experiências mediúnicas, buscaram pesquisar os fenômenos para ampliar a compreensão do funcionamento da mente.

No surgimento da moderna psiquiatria e psicologia, na transição entre os séculos XIX e XX, diversos pioneiros estudaram detidamente a mediunidade. Esse grupo formado por pesquisadores como Pierre Janet, William James, Frederic Myers e Carl G. Jung, que realizou várias pesquisas em torno do tema (Almeida, Lotufo Neto, 2004). Esses pesquisadores participaram, alguns como membros fundadores, de diversas sociedades voltadas para a pesquisa psíquica na Europa e nos Estados Unidos, tais como a Sociedade para Pesquisas Psíquicas (Inglaterra), a Sociedade Americana de Pesquisas Psíquicas (EUA) e o Instituto de Metapsíquica na França (Alvarado, 2013).

A “loucura espírita” no Brasil

Certamente, foram as ideias do primeiro grupo que influenciaram mais diretamente os psiquiatras brasileiros. No final do século XIX e início do XX, dois importantes médicos brasileiros trataram da questão da loucura espírita. O primeiro foi Franco da Rocha (um dos primeiros médicos a se especializar em psiquiatria no Brasil, que foi

idealizador e diretor do Hospital Psiquiátrico do Juqueri), que apontou, num relatório anual do hospício, sobre os problemas relacionados às práticas mediúnicas no país. Ele afirmou que “O espiritismo é uma causa ocasional [sic] de loucura, e uma causa crescente” (Rocha, 1896, p. III). No entanto, Rocha baseou seus argumentos nas discussões realizadas por médicos da Europa e nos Estados Unidos, num relato de caso e uma manchete do jornal *O Paulista* de Taubaté que descrevia um caso ocorrido na cidade apontando “(...) as terríveis consequências [sic] do espiritismo nesse lugar [sic] [...]” (p. 20).

O segundo foi Nina Rodrigues (professor de medicina legal na Faculdade de Medicina da Bahia e pioneiro na assistência médico-legal a doentes mentais no Brasil). Num artigo escrito em 1901 sobre as “loucuras epidêmicas no Brasil”, ele falou da “loucura espírita”. Nina Rodrigues não teria observado e estudado detalhadamente sobre esse tema, utilizou dados e análises obtidos através de Franco da Rocha. “A maior crítica que dirige aos praticantes do espiritismo, sobretudo aos ‘chefes de seita’, é a de estimularem fenômenos psicopatológicos latentes, o que, sob certas condições, poderia conduzir à loucura coletiva ou ao crime – crítica comum entre os alienistas europeus [...]” (Almeida, Oda, Dalgarrondo, 2007, p. 36).

A partir de então, proliferaram as conferências, publicações e teses defendidas nas faculdades de medicina sobre o caráter prejudicial do espiritismo, com um discurso cada vez mais radical (Pimentel, 1919; Guimarães Filho, 1926; Marques, 1929; Cavalcanti, 1934).

Assim, são muito escassas, nas publicações científicas, as manifestações de médicos contra o pensamento dominante a respeito da “loucura espírita”. Identificamos apenas três artigos dissonantes (Pernambuco, 1927; Cesar, 1941 e 1942) e uma tese que foi defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que tentava articular o conhecimento psiquiátrico às teorias espíritas, mas foi rejeitada (Machado, 1929). Nas publicações leigas, principalmente em jornais, esse outro lado pode ser mais facilmente identificado.

Conforme destacamos anteriormente, o interesse que as ideias e práticas do espiritismo despertaram em nossa sociedade pode ter colaborado para chamar a atenção dos psiquiatras brasileiros (Aubrée, Laplantine, 1990; Machado, 1983; Damazio, 1994). Muitos ressaltaram diversas vezes o crescimento que o espiritismo vinha alcançando: “A hora é do espiritismo: não há como negar um fato evidente” (Oliveira, 1931, p. 275).

Os psiquiatras fizeram uso de três argumentos principais no combate ao espiritismo. O primeiro, foi o de tentar fornecer uma explicação material para os fenômenos mediúnicos, retirando qualquer possibilidade de uma influência extra material. Assim, as comunicações atribuídas pelo espiritismo aos espíritos não passariam de fraude ou manifestação do subconsciente do médium. O segundo argumento foi o de identificar as atividades mediúnicas e a prática de frequentar os centros espíritas como um importante fator de risco para o desencadeamento de transtornos mentais. O terceiro, o de classificar o espiritismo como uma religião primitiva e mística, retirando-lhe qualquer pretensão científica (Rocha, 1896; Pimentel, 1919; Oliveira, 1931; Ribeiro, Campos, 1931).

Em 1909 houve uma sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que tratou dos “Perigos do Espiritismo”. Entretanto, após debates, a assembleia decidiu que ainda não havia necessidade de serem tomadas medidas contra ele (Pereira Junior, 1939). A

mesma Sociedade voltou ao tema em 1927, tratando do “Problema do Espiritismo perante a Sciencia [sic]” (Ribeiro, Campos, 1931, p. 178). A figura central foi Leonídio Ribeiro (professor de medicina legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro titular da Sociedade Antropológica de Paris e de Medicina Legal da França), realizando um pronunciamento antiespírita. Declarou que 50% dos pacientes avaliados por ele no Gabinete Médico Legal da Polícia, como suspeitos de atingidos por uma moléstia mental, tiveram o início de seus sintomas de “loucura ao se entregarem às práticas do espiritismo” (Ribeiro, Campos, 1931, p. 179).

Ao invés de se proceder a uma investigação e análise mais detalhada das estatísticas apresentadas, o que se realizou foi um “Inquérito entre especialistas brasileiros” para apontar os perigos do espiritismo para a sociedade brasileira. Para a realização do inquérito, foram elaboradas quatro questões, enviadas para doze pessoas: um engenheiro (professor da Escola Politécnica do Rio) e onze destacados médicos e professores das Faculdades de Medicina e Direito do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A resposta consensual foi basicamente de que o espiritismo seria prejudicial, principalmente desencadeando psicopatologia em predispostos.

O professor Xavier de Oliveira, da faculdade de medicina do Rio de Janeiro e médico do Hospital Nacional de Psicopatas, afirmou que 9,4% dos 18.281 pacientes internados na Clínica Psiquiátrica da Universidade do Rio de Janeiro ao longo de 12 anos eram “portadores de psychoses [sic] causadas só e exclusivamente pelo espiritismo”. Este seria o 3o maior “factor [sic] de alienação mental”, atrás apenas do álcool e da sífilis (Oliveira, 1931, p. 19-20). Em grande parte das situações, bastava que um paciente, geralmente apresentando uma psicose, fizesse alguma referência a espíritos ou que houvesse um relato de interesse ou frequência a religiões mediúnicas para que o quadro fosse considerado um tipo de loucura espírita (Rocha, 1896; Guimarães Filho, 1926; Marques, 1929; Ribeiro, Campos, 1931).

Ao que tudo indica, no Brasil não foram criadas sociedades acadêmicas com o objetivo específico de estudo dos fenômenos mediúnicos ou a sua relação com os desequilíbrios mentais. Os resultados mais utilizados pelos médicos como Franco da Rocha, Pacheco e Silva, Henrique Roxo, Faustino Esposel e Leonídio Ribeiro, para embasarem seus argumentos, eram os dos trabalhos de Charles Richet, médico ganhador do prêmio Nobel e fundador do Instituto de Metapsíquica na França. A maioria considerava Richet como um dos maiores pesquisadores das manifestações mediúnicas e que, após vários anos de investigações, ele não havia chegado a nenhuma conclusão objetiva que pudesse, de alguma forma, corroborar a tese espírita sobre a existência dos “espíritos” (Ribeiro, Campos, 1931). Como o médico francês possuía uma grande respeitabilidade, os resultados das suas pesquisas não poderiam ser desconsiderados, constituindo-se num argumento de autoridade científica.

Muitas posturas assumidas pela classe médica nesse conflito estiveram diretamente ligadas à sua visão de mundo. A crença na ampla possibilidade explicativa do paradigma científico materialista/monista, onde todos os fenômenos mediúnicos deveriam ter uma explicação material e que seria encontrada num curto espaço de tempo. A dificuldade de compreender as diferenças culturais, considerando como patológicas ou inferiores as expressões culturais diferentes das prevalentes para esse grupo.

Etiopatogenia da “loucura espírita”

Havia controvérsias entre os psiquiatras se a loucura espírita se desenvolveria em pessoas sãs ou apenas em indivíduos predispostos. A grande maioria defendia a tese de que o espiritismo faria a maior parte de suas vítimas entre aqueles que já apresentariam alguma predisposição psicopatológica, sendo que muitos destes se manteriam nos limites da normalidade caso não fossem expostos repetidamente a fortes emoções (como as seções espíritas). Os indivíduos impressionáveis iriam ficando perturbados com o conjunto de manifestações espíritas, e a sua capacidade crítica se abalaria pela intensa emoção.

Franco da Rocha (1896, p. 32) destacou:

Tratando-se de nevropatas, predispostos, reunidos em uma sala à meia claridade, tudo em silêncio, num estado emocional intenso, nada há que admirar nas consequências [sic]. O estado de emoção, a excitação geral, e as modificações circulatórias provocam [...] os ataques hystericos [sic], e as desordens vão mesmo além – à perda completa da razão.

Por outro lado, Henrique Roxo (professor catedrático de psiquiatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o primeiro diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil) defendia que o espiritismo poderia causar loucura em qualquer indivíduo, predisposto ou não (Roxo, 1938). Roxo criou uma nova classe diagnóstica, o “Delírio Espírita Episódico”, que foi apresentada numa conferência em Paris em 1936, numa Clínica Psiquiátrica. Seria uma doença frequente, responsável por 5 a 10% das internações psiquiátricas. O médico chegou a desenvolver um tratamento 100% eficaz para a enfermidade, a injeção de valerianato de antropina a 25mg/cm³ (Roxo, 1928).

A profilaxia da “loucura espírita”: prevenir é melhor que remediar

Ainda no século XIX, os psiquiatras europeus começaram a enfatizar uma abordagem preventiva das doenças mentais. Ela esteve pautada pela certeza que muitos tinham da ineficiência do sistema asilar e do reduzido número de tratamentos e terapias disponíveis que pudessem surtir algum efeito curativo (Reis, 1994; Cunha, 1988).

Essa nova abordagem também influenciou os psiquiatras brasileiros, dando início a uma série de campanhas destinadas ao combate do espiritismo, que envolviam o fechamento dos centros espíritas, destruição das publicações espíritas, campanhas de “esclarecimento sobre os perigos do espiritismo” e clamores pelo cumprimento do Código Penal que nos artigos 156, 157 e 158 criminalizavam o espiritismo.

Muitos psiquiatras propuseram medidas duras. Xavier de Oliveira (1931) destacou que “[...] a sua hygiene [sic] e prophylaxia [sic] estão, apenas, em se queimarem todos os livros espíritas e se fecharem todos os candomblés, altos, médios e baixos, que, ora, infestam o Rio, o Brazil e todo o mundo occidental [sic]”. Para Marques (1929 p. 111):

O combate ao espiritismo deve ser igualado ao que se faz à sífilis, ao alcoolismo, aos entorpecentes (ópio, cocaína, etc.), à tuberculose, à lepra, às verminoses, enfim, a todos os males que contribuem para o enfraquecimento, para o aniquilamento das energias vitais, físicas, psíquicas, do nosso povo, da nossa raça em formação.

Ribeiro e Campos (1931, p. 181) afirmou que: “O espiritismo é, póde-se [sic] dizer sem exaggero [sic], uma verdadeira fábrica de loucos.” Afrânio Peixoto, que fez o prefácio, do livro alertou: “[...] o poder público não pode ser indiferente à ruína nervosa, senão à alienação daqueles sobre os quais lhe é missão velar [...]” (p. 8).

O debate chega aos jornais

A polêmica em torno da loucura espírita foi aumentando substancialmente, a partir dos anos de 1930. O debate alcançou novas proporções, saindo do meio acadêmico para alcançar a imprensa leiga e a sociedade. Os jornais (Jornal do Commercio, Diário da Noite, O Globo, O Jornal, A Noite, Correio da Manhã) procuravam abordar o assunto abrindo suas páginas para que médicos e espíritas expusessem seus pontos de vista, bem como convidavam juristas, cientistas e membros da Igreja para participar do debate. O jornal que mais se destacou na cobertura dessas discussões foi o “Diário da Noite”, do Rio de Janeiro. Frequentemente, eram matérias que ocupavam a primeira página desses periódicos.

O debate tomou maiores proporções quando o Dr. Carlos Fernandes, através da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, elaborou três moções – ao Presidente da República e aos Ministérios da Justiça e da Educação – solicitando a proibição da veiculação do programa de rádio “A Hora Espírita Radiophonica”. A principal preocupação dos médicos nesse momento era com o alcance que um programa de rádio, divulgando a doutrina espírita, poderia ter. Com isso, a probabilidade de surgirem novos adeptos ou simpatizantes para o espiritismo poderia aumentar. Consequentemente, novos casos de loucura estariam prestes a ocorrer (Carlos Fernandes, 1939).

A reação dos espíritas

Os espíritas também adotaram três estratégias discursivas. Primeiramente, pretenderam relativizar a autoridade científica da psiquiatria, apontando as suas deficiências no diagnóstico e tratamento da loucura, tentando também demonstrar os benefícios da complementariedade entre as teorias médica e espírita. Em segundo lugar, procuraram invalidar os argumentos e estatísticas médicas que definiam ser o espiritismo a terceira maior causa de loucura. A terceira estratégia foi tentar demonstrar a utilidade e os benefícios da doutrina espírita para a sociedade. Caritativamente, os espíritas mantinham hospitais, realizavam consultas, expediam e aviavam receitas gratuitas. Muitas vezes, atuavam em áreas deficitárias de atendimento público e médico. (Menezes, 1897; Ferreira, 1945, 1946, 1948; Imbassahy, 1935, 1949).

Para a defesa contra as acusações de acarretar transtornos mentais, dois argumentos foram mais marcantes. O primeiro deles enfatizava que o espiritismo não causaria doenças mentais, mas apenas plasmava o conteúdo dos delírios, numa doença pré-existente. Em segundo lugar, criticavam duramente as estatísticas expostas pelos médicos a respeito dos casos de loucura espírita. Elas refletiriam dados imprecisos e seriam interpretadas de modo superficial e sem rigor. Por exemplo, não analisavam se

a prevalência de doentes mentais entre os espíritas era realmente maior que entre os católicos ou a população geral.

Procuravam destacar também os benefícios que consideravam fundamentais na associação entre as terapêuticas médica e espírita, sendo esta última complementar à primeira. Apontavam também a ineficiência dos médicos, muitas vezes incapazes de obter curas por desconhcerem a etiologia da loucura ou pela inexistência de tratamentos adequados, o que gerava descrédito na população. Mas, apesar dessa ineficiência, os médicos ortodoxos rejeitavam uma possível aliança entre a ciência oficial e o espiritismo para o diagnóstico e tratamento dos doentes.

De fato, uma dificuldade enfrentada pela psiquiatria nesse período era a limitação nos modos de tratamento (terapias e medicamentos), uma vez que os primeiros medicamentos com eficácia comprovada surgiram apenas com a “revolução psicofarmacológica” nos anos de 1950 (Amaro, 2003). Dentro desse contexto, o esforço dos psiquiatras na busca de legitimação na sociedade era notório à época. A psiquiatria carioca e paulista, ao longo da primeira metade do século XX, tentou se estabelecer e se consolidar como uma disciplina autônoma e de prestígio nos domínios médico-acadêmicos e perante a sociedade.

Diversas medidas foram criadas objetivando a consolidação dessa influência na sociedade. No final do século XIX, em 1881, foi criada a cadeira de psiquiatria e moléstias mentais na faculdade de medicina do Rio de Janeiro. A psiquiatria enfrentava nesse momento uma marginalização social imposta pelos outros ramos do conhecimento médico (Venâncio, 2003). Os psiquiatras seriam “médicos de doidos, a respeito de quem se admitia nada fazer e nada saber” (Medeiros, 1977, p. 82). A “marginalização social” enfrentada pela psiquiatria pode ter motivado seu discurso em defesa do seu caráter científico, exaltando o valor do psiquiatra e de seus conhecimentos. Sob essa óptica, como o espiritismo tentava legitimar-se dentro do campo da ciência, como proposta alternativa na área da saúde mental, seria importante combatê-lo nesta luta pela supremacia no conhecimento científico (Venâncio, 2003).

Além do prestígio acadêmico e social, uma outra luta foi travada pelos psiquiatras e considerada de grande importância para a institucionalização da psiquiatria: a obtenção do controle administrativo e médico dos manicômios. Em muitas cidades brasileiras, os hospitais psiquiátricos, que começaram a ser criados na segunda metade do século XIX, eram administrados pelas Santas Casas e os médicos exerciam pouca influência nos destinos da instituição e dos internos (Wadi, 1999-2000; Venâncio, 2003; Oda, Dalgalarrrondo, 2005). A mudança nesse quadro só ocorreu no século XX, quando os médicos, através do Estado, conseguiram assumir a direção desses hospitais (Oda, Dalgalarrrondo, 2005).

Nesse mesmo período, a construção de hospitais para o atendimento dos doentes mentais constituiu-se numa importante modalidade de intervenção dos espíritas, em todo o país (Figueiredo, Ferraz, 1988). A inserção do espiritismo nos domínios da saúde mental concretizou-se em dezenas de hospitais psiquiátricos espíritas no Brasil. Esses estabelecimentos começaram a ser criados no final da década de 1910.

O principal argumento utilizado pelos espíritas para justificar a criação desses hospitais era a necessidade de abrigar, tratar e acolher os doentes mentais. Não encontramos

nenhuma evidência nos relatos feitos pelos espíritas que escreveram a história desses hospitais que sugerisse que eles tivessem sido construídos como um modo de confrontar os psiquiatras. No entanto, os espíritas que debateram diretamente com os médicos sobre a questão da loucura espírita incorporaram a existência dos hospitais espíritas como um argumento de defesa do espiritismo. Tentavam demonstrar que o espiritismo, ao contrário do que defendiam os médicos, não desencadeava a loucura, mas, sim, tinha uma proposta de tratamento para a doença mental e mantinha instituições gratuitas para cuidar dos alienados, incuráveis pela ciência médica tradicional. Além disto, procuravam exaltar a importância desses hospitais, dentro das conjunturas do país, que dispunha de poucos leitos públicos para internar pacientes com algum tipo de problema mental (Ferreira, 1945/1993, 1946, 1948/1995).

Num levantamento realizado em 1998, haveria cerca de cem hospitais psiquiátricos de orientação espírita no país. Somente no Estado de São Paulo, segundo dados fornecidos no ano de 1994 pela Secretaria de Estado da Saúde, existiriam noventa e oito hospitais psiquiátricos. Destes, vinte e dois seriam espíritas e sem fins lucrativos (Souza, Deitos, 1980).

O movimento espírita estaria assim engajado num fenômeno novo, iniciado nos anos 20, que seria o crescimento de uma rede privada de psiquiatria. Muitas instituições, fossem de caridade leiga ou religiosa, tentavam suprir, principalmente nas cidades do interior, as carências da rede pública ou particular no internamento e tratamento dos doentes mentais (Cunha, 1988). No entanto, a criação desses hospitais expôs de modo ainda mais claro os pontos de contato e, ao mesmo tempo, de conflito entre psiquiatras e espíritas: a relação mente-corpo, a etiologia, as formas de prevenção e tratamento das doenças mentais. A concorrência entre duas forças sociais (espiritismo e psiquiatria), que estavam se constituindo num mesmo período e buscando reconhecimento e legitimidade na sociedade.

Essa luta simbólica pela busca de poder e domínio da produção do conhecimento científico e prática clínica permitiria ao grupo vencedor produzir e confirmar significados. Nesse caso específico, o grupo hegemônico poderia se pronunciar, com a devida autoridade intelectual, sobre os fenômenos mediúnicos, dar-lhes uma explicação e, em última instância, determinar o funcionamento da mente e a origem das doenças mentais (Shortt, 1984). A opção pela ênfase no aspecto mais religioso e filantrópico do espiritismo foi assumindo gradativamente um papel fundamental dentro desse contexto conflituoso. A prática da caridade e o auxílio aos necessitados passaram a ser invocados com frequência pelos espíritas para justificarem as atividades mediúnicas e de cura (Aubrée, Laplantine, 1990; Damazio, 1994; Santos, 1997; Giumbelli, 1997).

Para muitos autores, a opção do espiritismo de se legitimar dentro dos domínios do campo religioso brasileiro, cuja liberdade de prática era garantida pela Constituição de 1890, deixando de lado muitas das suas pretensões científicas, teria contribuído para a diminuição do confronto com os médicos (Aubrée, Laplantine, 1990; Damazio, 1994; Santos, 1997; Giumbelli, 1997, 2003; Pires, Groppo, 2018). Ao abandonar suas pretensões de também se legitimar dentro do campo científico, o espiritismo deixaria de representar “o outro” que disputava um mesmo espaço social, institucional, científico e acadêmico.

Do conflito ao encontro da identidade

O conflito que se estabeleceu entre os psiquiatras e os espíritas no Brasil percorreu toda a primeira metade do século XX. De modo muito similar ao que vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, o embate entre a psiquiatria e o espiritismo ocorreu na busca pela hegemonia de suas representações nos campos cultural, social e científico e sua legitimação dentro da sociedade brasileira. Com isso, ao grupo vencedor seria conferida autoridade científica e intelectual para estudar e explicar a mediunidade, o funcionamento da mente e a origem das doenças mentais. Voltando a Chartier (1988 p. 17), vimos, através deste trabalho, o quanto “As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam”.

O discurso da “loucura espírita” surgiu como uma das estratégias discursivas utilizadas pela psiquiatria para desqualificar o espiritismo no embate que estabeleceu nesta busca de hegemonia no campo científico ligado às questões mentais (Almeida, 2007). No intuito de alcançar seus objetivos e excluir o “outro”, cada grupo utilizou-se de diferentes estratégias discursivas. Os psiquiatras procuraram conferir uma explicação material para a mediunidade (fraude, manifestação do subconsciente e “loucura espírita”). Os espíritas tentaram relativizar a autoridade científica dos psiquiatras ao questionar as estatísticas médicas que indicavam ser o espiritismo um importante agente para a loucura e ao apresentar o posicionamento de pesquisadores internacionais renomados que defendiam a hipótese espírita. Ao lado disso, os espíritas procuraram demonstrar os benefícios do espiritismo para sociedade com suas atividades caritativas e de cura, além de enfatizar a garantida constitucional de liberdade de culto religioso.

O conflito se ampliou na década de 1930, especialmente no ano de 1939, quando os espíritas iniciaram a transmissão de um programa de rádio no Rio de Janeiro. Nesse período, o debate alcançou com maior intensidade a imprensa leiga, que, diariamente, passou a publicar entrevistas de espíritas e médicos sobre o tema.

Alguns fatores colaboraram para a resolução do conflito: o primeiro seria a opção do espiritismo de legitimar-se primordialmente dentro dos domínios do campo religioso, deixando de lado muitas das suas pretensões científicas (Santos, 1997; Giumbelli, 1997; Damazio, 1997). O segundo seria a obtenção, por parte da psiquiatria, de uma maior consolidação no meio acadêmico, com maior respeitabilidade científica e social, bem como o desenvolvimento com sucesso de terapias medicamentosas (Machado et al., 1978; Engel, 1998/1999). Por fim, com a adoção de uma visão mais antropológica e culturalista no trato das questões religiosas por parte dos psiquiatras, a religião começou, gradativamente, a ser vista como um possível agente colaborador no processo de tratamento dos doentes (Martins, Bastos, 1963; Martins, 1969; Pinho, et al., 1975; Ribeiro, 1982).

Mas, se por um lado, no campo científico, a psiquiatria consolidou suas representações sobre a loucura, por outro lado, a análise dos resultados desta consolidação junto à população brasileira, como parte da cultura religiosa, é mais complexa. Um exemplo disto é a busca, por grande parte da população, pelos tratamentos espirituais complementares aos psiquiátricos. Para esse segmento, as representações psiquiátricas e espíritas sobre os transtornos mentais são mais complementares do que antagônicas.

Lucchetti (2013) realizou um levantamento, em diversos centros espíritas de São Paulo, a fim de avaliar e caracterizar o tratamento religioso complementar nessas instituições. Concluiu que a média de atendimentos realizados semanalmente nessas instituições era de 261 pessoas. Quanto aos tratamentos realizados, a prática terapêutica que tinha maior procura era a desobsessão (92,7%), seguida de auxílio para depressão (45,1%), câncer (43,1%) e doenças em geral (33,3%).

Do mesmo modo, embora a representação da mediunidade como loucura tenha exercido influência sobre a população, não chegou a ponto de impedir a disseminação da valorização da mediunidade no Brasil. Assim, ainda que os espíritas não tenham obtido sucesso no campo científico, o espiritismo se consolidou dentro dos domínios específicos do campo religioso brasileiro como em nenhum outro lugar. A influência de sua visão de mundo, das relações entre a saúde e a doença e de suas propostas terapêuticas expandiram-se para além do seu número de adeptos declarados (Camargo, 1973; Aubrée, Laplantine, 1990; Damazio, 1994; Carvalho, 1994; Santos, 1997; Stoll, 2003).

Dessa forma, pode-se perceber, como resultado desse confronto, que nem os psiquiatras e nem os espíritas alcançaram plenamente seus objetivos. Nem os psiquiatras lograram êxito em eliminar o espiritismo e consolidar plenamente na sociedade a sua representação da mediunidade enquanto “loucura espírita”, nem o espiritismo conseguiu inserir-se no campo científico. Apesar disso, essa disputa simbólica colaborou na constituição da psiquiatria e do espiritismo como os entendemos hoje. Por um lado, permitiu à psiquiatria uma maior visibilidade social e poder institucional para o tratamento das doenças mentais; por outro, colaborou na construção do movimento espírita brasileiro com sua ênfase nos aspectos religiosos de caridade e conforto espiritual.

Referências

- ALMEIDA, Alexander Moreira de; LOTUFO NETO, Francisco. A mediunidade vista por alguns pioneiros da área mental. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 31, n. 3, São Paulo, pp. 132-141, 2004.
- ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. Uma Fábrica de Loucos: Psiquiatria x Espiritismo no Brasil (1900-1950). 225f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. Um Olhar sobre as Relações entre Psiquiatria e o Espiritismo: A História da “Loucura Espírita” no Brasil. In: GOMES, Adriana; CUNHA, André Victor Cavalcante Seal; PIMENTEL, Marcelo Gulão (Org.). *Espiritismo em Perspectivas*. Salvador: SAGA, 2019.
- ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRÓNDO, Paulo. O olhar dos psiquiatras brasileiros sobre os fenômenos de transe e possessão. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 34, suplemento 1, São Paulo, pp. 34-41, 2007.
- ALVARADO, Carlos S. Fenômenos psíquicos e o problema mente-corpo: notas históricas sobre uma tradição conceitual negligenciada. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 40, n. 4, São Paulo, pp. 157-161, 2013.

- ALVARADO, Carlos S; BIONDI, M. Cesare Lombroso on mediumship and pathology. *History of Psychiatry*, v. 28 n. 2, Cambridge, pp. 225-241, 2017.
- AMARO, Jorge Wohney Ferreira. A História do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas e do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 30, n. 2, São Paulo, pp. 44-71, 2003.
- AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *La Table, Le Livre et les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattes, 1990.
- BALLET, Gilbert Louis Simon; DHEUR. Sur un cas de Délire de Médiumnité. *Archives Générales de Médecine*, n. 191, Paris, p. 1204, 1903.
- BLANK, Renold Johann. *Reencarnação ou Ressurreição: uma decisão de fé*. São Paulo: Paulus, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CARVALHO, José Jorge de. O Encontro de Velhas e Novas Religiões: Esboço de Uma Teoria dos Estilos de Espiritualidade. In: MOREIRA, Alberto; ZICMAN Renée (Org). *Misticismo e Novas Religiões*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CAVALCANTI, Pedro. Contribuição ao Estudo do Estado Mental dos Médiuns. Tese (Concurso para o cargo de médico da Assistência a Psicopatas de Pernambuco), Recife, 1934.
- CÉSAR, Osório. Experiências Metapsíquicas, com Provas Fotográficas, Sobre Algumas Curiosas Formações Teleplásticas. *Revista Paulista de Medicina*, v. 20 n. 3, São Paulo, pp. 7-28, 1942.
- CÉSAR, Osório. Fenomenologia Supranormal. *Revista Paulista de Medicina*, v. 19, n. 5, São Paulo, pp. 49-73, 1941.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CLAUDE, Henri; CANTACUZÈNE, Jean. Note sur un Essai de Prophylaxie des Délires Sipirites. *La Presse Medicale*, v. 72, Paris, pp. 111-16, 1936.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- CRABTREE, Adan. *From Mesmer to Freud: Magnetic Sleep and Roots of Psychological Healing*. Londres: Yale University Press, 1993.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo*. Juquery, A História de um Asilo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

DAMAZIO, Sylvia F. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DUHEM, Paul. Contribution a L'Étude de La Folie Chez les Spirites. Paris, G. Steinheil Éditeur, 1904.

DUPOUY, Roger; LA SAVOUREUX, H. Délire Théosophique te Spirite Chez une Cartomancienne. La Presse Medicale, v. 52, Paris, p. 523, 1913.

ENGEL, Magali Gouveia. As Fronteiras da 'Anormalidade': Psiquiatria e Controle social. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, v. 5, n. 3, Rio de Janeiro, pp. 547-563, 1998/1999.

FERNANDES, Carlos Eiras. Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 31 maio, 1939.

FERREIRA, Inácio. Novos rumos à medicina. São Paulo: Edições FEESP, v.1. 1945/1993.

FERREIRA, Inácio. Têm Razão? Uberaba: Gráfica Mundo Espírita, 1946.

FERREIRA, Inácio. Novos rumos à medicina. São Paulo: Edições FEESP, v. 2. 1948/1995.

FIGUEIREDO, Gabriel Roberto; FERRAZ, Marcos Pacheco de Toledo. Hospício, Caridade e Psiquiatria. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 20, suplemento. 1, São Paulo, pp. 1-8, 1998.

GIUMBELLI, Emerson Alessandro. O cuidado dos mortos: Uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GUIMARÃES FILHO, Álvaro. Da hygiene mental e sua importância em nosso meio. Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, São Paulo, 1926.

HESS, David. Spiritists and Scientists: Ideology, Spiritism and Brazilian Culture. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Brasília: IBGE. 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=794>. Acesso em 27 de jul. 2020.

IMBASSAHY, Carlos. O Espiritismo à Luz dos Fatos. Rio de Janeiro: FEB, 1935/1989.

IMBASSAHY, Carlos. Espiritismo e Loucura. São Paulo: Livraria Allan Kardec Editora, 1949.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/>

opiniaopublica/2007/05/1223861-97-dizem-acreditar-totalmente-na-existencia-de-deus-75-acreditam-no-diabo.shtml. Acesso em 27 de jul. 2020.

JANET, Pierre. *L'Automatisme Psychologique: Essai de Psychologie Expérimentale sur les formes inférieures de l'activité humaine*. Paris: Félix Alcan, 1889.

JANET, Pierre. *Délire Systématique à la Suite de Pratiques du Spiritisme*. *L'Encéphale*, v. 4, n. 4, Paris, pp. 363-8, 1909.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Brasília: FEB, 1957/1994.

KARDEC, Allan. *Variedades*. *Revista Espírita – Jornal de Estudos Psicológicos*, v.1, Paris, pp. 125-6, 1858.

KARDEC, Allan. *O que é o Espiritismo?* Brasília: FEB, 1859/1995.

LE MALEFAN, Pascal. *Folie et Spiritisme. Histoire du discours psychopathologique sur la pratique du spiritisme ses abords et ses avatars (1850-1950)*. Paris: L'Harmattan, 1999.

LE MALÉFAN Pascal; EVRARD Renauld; ALVARADO, Carlos S. *Spiritist delusions and spiritism in the nosography of French psychiatry (1850-1950)*. *History of Psychiatry*, v. 24, n. 4, Cambridge, pp. 477-91, 2013.

LÉVY-VALENSI, J. *Spiritisme et Folie*. *L'Encéphale*, v. 5, n. 6, Paris, p. 696-716, 1910.

LÉVY-VALENSI, Joseph; BOUDON. *Deux cas de Délire de Persécution à Forme Démonomaniaque Développés Chez des Débiles à la Suite de Pratiques Spirites*. *L'Encéphale*, v. 3, n. 7, Paris, pp. 115-9, 1908.

LUCCHETTI, Alessandra Lamas Granero. *Descrição da terapia complementar religiosa em centros espíritas da cidade de São Paulo com ênfase na abordagem sobre problemas de saúde mental*. 178f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MACHADO, Brasília Marcondes. *Contribuição ao Estudo da Psiquiatria (Espiritismo e Metapsychismo)*. 269f. Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1929.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Katia. *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, Ubiratan. *Os Intelectuais e o Espiritismo. De Castro Alves a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

MARQUES, Coelho. *Espiritismo e Ideias Delirantes*. 119f. Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1929.

MARTINS, Clovis. *Psiquiatria transcultural e países em desenvolvimento*. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 3, n. 1, São Paulo, pp. 31-62, 1969.

MARTINS, Clovis; BASTOS, Fernando de Oliveira. Estado Atual da Psicoterapia no Brasil. Boletim da Clínica Psiquiátrica, v. 2, n. 1, São Paulo, pp. 49-53, 1963.

MEDEIROS, Tácito de. Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil. (Dissertação (Mestrado em Psiquiatria), Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

MENEZES, Adolfo Bezerra de. A Loucura sob Novo Prisma. Rio de Janeiro: FEB, 1897/1988.

MOREIRA-ALMEIDA, Alexander; ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de; LOTUFO NETO, Francisco. History of spiritist madness in Brazil. History of Psychiatry, v.16, n. 1, Cambridge, pp. 5-25, 2005.

MOREIRA-ALMEIDA, Alexander, LOTUFO NETO, Francisco. Spiritist views of mental disorders in Brazil. Transcultural Psychiatry, v. 42, n. 4, Montreal, pp. 570-95, 2005.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 3, Rio de Janeiro, pp. 983-1010, 2005.

OLIVEIRA, Xavier. Espiritismo e Loucura. Contribuição ao estudo do factor religioso em Psychiatria. Rio de Janeiro: Alba, 1931.

PEREIRA JUNIOR. O Professor. Fernando de Magalhães fez a defesa do espiritismo. Evocada, agora, uma sessão na Academia de Medicina, há trina annos passados! Diário da Noite, 1939.

PERNAMBUCO, P. – Acta da 6ª sessão ordinária realizada a 20 de junho de 1927. Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria, n. 9, Rio de Janeiro, pp. 184-190, 1927.

PESQUISA FAPESP. Aos loucos, o hospício, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/aos-loucos-o-hospicio/>

PIMENTEL, Oscar dos Santos. Em Torno do Espiritismo. 100f. Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1919.

PINHO, Álvaro Rubem; RABELO, Antonio Reinaldo; SILVA, Célia Nunes; COUTINHO, Domingos Macedo. Tratamentos Religiosos das Doenças Mentais (Algumas Características do Meio Baiano). Revista de Psiquiatria Clínica, v. 4, n. 1, São Paulo, pp. 183-92, 1975.

PIRES, Sanyo Drummond; GROppo, Paula. A institucionalização do espiritismo como religião no Brasil a partir do seu conflito com a psiquiatria. Mnemosine, v. 14, n. 2, Rio de Janeiro, pp. 25-50, 2018.

PLAS, Régine. Naissance d’une Science Humaine: La Psychologie: Les Psychologues et le “Merveilleux Psychique”. Presses Universitaires de Rennes, 2000.

REIS, José Roberto Franco. Higiene Mental e Eugenia: O Projeto de “Regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

RIBEIRO, Leonídio; CAMPOS, Murilo. O Espiritismo no Brasil: contribuição ao seu estudo clínico e médico-legal. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

RIBEIRO, René. Antropologia da Religião e outros estudos. Recife: Editora Massangana, 1982.

RIO, João do. As Religiões no Rio. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, s/d.

ROCHA, Franco. Hospício de Alienados de São Paulo. Estatística. São Paulo: Typographia do Diario Oficial, 1896.

ROXO, Henrique. Valerianato de atropina na cura do delirio episodico. Archivos Brasileiros de Medicina, v. 18, n. 7, Rio de Janeiro, pp. 639-44, 1928.

ROXO, Henrique. Delirio Espirita Episódico nas Classes Populares do Rio de Janeiro. Archivos Brasileiros de Medicina, v. 28, n. 2, Rio de Janeiro, pp. 59-72, 1938.

SAMPAIO, Gláucia dos Reis. Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SANTOS, José Luis dos. Espiritismo. Uma religião brasileira. São Paulo: Moderna, 1997.

SCHIFF, Paul M. Automatismes Mental, Délire Spirite et Spiritisme. Présentation d’une malade et d’un spirite. L’Encéphale, v. 21, n. 8, Paris, 1926.

SHORTT, S. E. D. Physicians and Psychics: The Anglo-American Medical Response to Spiritualism, 1870-1890. Journal of the History of Medicine, v. 39, Oxford, pp. 339-55, 1984.

SOUZA, D; DEITOS, T. Terapia Espírita em Hospitais Psiquiátricos. Revista da associação Brasileira de Psiquiatria, v. 2, n. 3, São Paulo, pp. 190-4, 1980.

STOLL, Sandra Jacqueline. Espiritismo à Brasileira. São Paulo: Edusp/Orion. 2003.

THUILLIER, Pierre. Le spiritisme et la science de l’inconscient. La Recherche, v. 149, n.14, Paris, pp. 1359-68, 1983.

VENÂNCIO, Ana Teresa Acatauassú. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 10, n. 3, Rio de Janeiro, pp. 883-900, 2003.

WADI, Yonissa Marmitt. Aos loucos, os médicos: a luta pela medicalização do hospício e construção da psiquiatria no Rio Grande do Sul. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 6, n. 3, Rio de Janeiro, pp. 659-679, 1999-2000.

WEBER, Beatriz Teixeira. As artes de curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928). Santa Maria: UFSM e Bauru: EDUSC, 1999.

VIGOUROUX, A. & JUQUELIER, P. Contagion Mentale. Paris: Octave Doin, 1905.

Recebido: 10 de junho de 2020.

Aprovado: 17 de agosto de 2020.